

Dirceu: processo de ACM não impedirá reformas

Federal

Conselho de Ética do Senado vota terça-feira relatório que pede cassação do líder baiano

• BRASÍLIA. O chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse ontem estar certo de que o debate sobre a participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nos grampos telefônicos ilegais na Bahia, agora no Conselho de Ética do Senado, não vai interferir na tramitação das reformas. Para Dirceu, são fatos independentes:

— O país já tem maturidade, experiência e está suficientemente preparado para essas decisões que têm de ser tomadas — disse o ministro.

Na terça-feira, o Conselho de Ética se reúne para votar o relatório do senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), que pediu abertura de processo de cassação por quebra de decoro. O PFL decidiu apresentar voto em separado, mas o partido ainda diverge sobre a melhor estratégia a adotar. Antonio Carlos resiste a qualquer alternativa que não seja o pedido de sua absolvição. O partido deve insistir numa questão preliminar, afirmando que os

fatos ocorreram quando ele não tinha mandato, o que invalidaria o processo.

Já o senador Demóstenes Torres (PFL-GO) defende de imediato o pedido de uma pena menor, a suspensão do mandato por tempo a ser estabelecido pelo plenário.

— O relator reconheceu que o senador poderia ter tido uma conduta mais grave, que seria ter o mando intelectual da escuta. Sendo assim, a pena tem que ser mais leve — justifica Demóstenes.

O líder do governo, Aloizio Mercadante, lembrou que quando Antonio Carlos distribuiu cópia com o resumo dos telefonemas grampeados, já havia sido diplomado senador, assim como quando conversou com o jornalista Luiz Cláudio Cunha e teria admitido saber da escuta.

Antonio Carlos estava confiante ontem:

— O relatório vai me ajudar. São apenas citações filosóficas e ilações, não há fatos. ■